



ARTIGO

por Josemar Dantas

POLÍTICAS SUICIDAS

Desde as traficâncias de Wall Street no mercado imobiliário, causa da crise que afeta o mundo desde 2008, o Brasil aferiu-se ao exercício de política econômico-financeira lastreada na convicção de que o aumento do consumo interno era suficiente para colocá-lo ao largo da tempestade internacional. Para fazê-lo, recorreu a fortes incentivos fiscais a certas empresas (em particular as automobilísticas) e a adquirentes de bens duráveis, veículos, sobretudo. Mas, ao invés, o Produto Interno Bruto (PIB) reagiu de forma negativa. Hoje, segundo o Banco Mundial (Bird, na sigla em inglês) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), o PIB deverá situar-se em torno 1,6% este ano, sobre painel de inflação desembestada.

A presidente da República, em várias visitas à Europa do euro, apresentou as medidas aqui praticadas, no âmbito da economia e da conduta do Estado, como o modelo eficaz para libertar o continente dos graves efeitos da conjuntura. Condenou como ineficazes, temerárias, as diretrizes contencionistas na manipulação dos recursos públicos, redução do corpo burocrático do Estado, reforma na previdência social e menos liberalidade no atendimento das reivindicações sindicais. A Europa eurolizada ultrapassou a recessão e, ainda este ano, o seu PIB será positivo.

As alternativas lulo-dilmistas, ministradas em estilo pedagógico ao Velho Continente, resultaram na caótica situação em que foi lançado o país. O PIB de 2014 — a previsão do Banco Central não mostra outro retrato — corresponderá a menos da metade da média mundial, segundo cálculos de institutos de rating e entidades oficiais ligadas à ONU. Não era necessário que o cenário desalentador aparecesse no rebaixamento da nota de crédito do Brasil pela agência Standard&Poors. Em outras palavras: desabono à liquidez da dívida soberana do país em dólares.

Desde o escândalo resultante da valorização artificial do mercado imobiliário dos EUA, estratégia criminosa para colher lucros bilionários, o governo ignorou as advertências de especialistas e dos órgãos de representação empresarial quanto às medidas mais consentâneas com a situação. Tais chamamentos à razão contemplavam rigorosa redução dos gastos públicos, reformas tributária e previdenciária, renúncia a artifícios para controlar o câmbio, investimentos em infraestruturas, fim aos estímulos fiscais para provocar turbilhões consumeristas, entre outros. Foram gritos

no deserto, não ouvidos ontem como hoje. A desordem prossegue.

Ao contrário dos aconselhamentos ditados pela sensatez, vão aos páramos os desembolsos da máquina estatal. Mais de R\$ 50 bilhões de investimentos diretos a fundo perdido e sob a forma de financiamentos concedidos pelo BDES já foram aplicados na construção de obras e serviços necessários à realização da Copa do Mundo. E continuam acima dos recursos disponíveis as despesas correntes da administração pública, malgrado a cornucópia tributária que arrecada muito mais a cada dia.

A Moody's, consultoria de classificação de riscos, estima que o certame futebolístico propiciará ao país ganho em torno de US\$ 22 bilhões no máximo — ou seja, previsão de prejuízos da ordem de US\$28 bilhões. Agora, às vésperas do grande evento, entidades representativas do comércio temem escassa lucratividade para o setor. Não descartam a hipótese de queda no faturamento.

Ante a desoladora paisagem, o jornal britânico *Financial Times*, um dos mais respeitáveis periódicos do mundo, assinala que a economia brasileira caminha para a “sentença de morte”. Claro que o vaticínio não passa de um exagero. Mas se presta para mostrar como o mundo enxerga o Brasil e influenciar de forma negativa as decisões dos investidores internacionais. Já a também britânica revista *The Economist* revela que a produtividade do trabalhador brasileiro para a formação do PIB estacionou em 1964 (40%), enquanto a da China chegou, em 2012, a 91%, e a da Índia a 67%.

Quanto ao destempero do *Financial Times*, de alguma forma inspirado na obra de Gabriel Garcia Marquez, não se refere apenas à instituição executiva do Estado. Alcança em larga escala o Congresso. Desde a explosão da bolha imobiliária nos EUA, Câmara e Senado não propuseram qualquer alternativa à política econômico-financeira e à gestão do Executivo que, em termos metafóricos, podem ser consideradas suicidas.

No momento, importante para deputados e senadores é pavimentar os caminhos da reeleição, inclusive com a concessão de ampla liberdade ao consumo de maconha. Ainda bem que, a despeito da pauta oportunista, a sociedade cultiva a esperança de que, via CPI, se apure os escândalos que enxovalham a Petrobras e garanta a punição dos eventuais trapaceiros.